

A guerra contra os pobres: narcóticos, camponeses e capitalismo



Dossiê n° 97
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Fevereiro de 2026

As ilustrações deste dossiê são intervenções artísticas que combinam fotografias da Comissão de Comunicações do Processo de Unidade Popular do Sudoeste Colombiano (Puosoc). O Pupsoc articula organizações que defendem os territórios e direitos de comunidades do sul-ocidente colombiano, uma região fortemente golpeada pela “Guerra às Drogas” imposta pelo imperialismo estadunidense em aliança com os interesses do capital. Esta política tem servido para militarizar territórios, criminalizar o campesinato e aprofundar a espoliação, afetando a soberania alimentar e a autonomia rural. As intervenções artísticas feitas pelo Instituto Tricontinental representam como o imperialismo e o capital orquestram essa violência por meio de diagramas, mapas e números, enquanto as fotografias retratam um povo que permanece em resistência organizada, em defesa da vida, da terra e da dignidade.

CAPA

Foto: Confronto entre comunidades camponesas e o exército nacional com várias pessoas feridas, no marco de um processo de erradicação forçada. Cajibío, Cauca.

Créditos: Fotografia de Pupsoc. Intervenção artística do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

A guerra contra os pobres: narcóticos, camponeses e capitalismo



Dossiê nº 97 | Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Fevereiro de 2026

Agradecimentos

Este dossiê está baseado parcialmente no nosso projeto *Viciados em imperialismo*, no qual publicamos vários textos em espanhol.¹

Gostaríamos também de agradecer:

- À Coordenação Nacional de Cultivadores e Cultivadoras de Coca, Amapola e Maconha (Coccam) que, com sua história de luta e resistência, continua defendendo os direitos dos camponeses e a construção de alternativas diante da criminalização daqueles que se dedicam a essas culturas na Colômbia.
- Ao Centro de Pensamento e Diálogo Político, que realizou parte da pesquisa para o nosso projeto *Viciados em imperialismo* e reuniu depoimentos dos territórios que refletem a realidade vivida pelos camponeses da Colômbia.
- À Comissão de Comunicações do Processo de Unidade Popular do Sudoeste Colombiano (Pupsoc) pelo material fotográfico que acompanha este dossiê. Seu trabalho, enraizado na luta e na organização junto às comunidades, nos permitiu ilustrar a realidade cotidiana da vida camponesa e da resistência com imagens de seus territórios.

¹ Ver: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. *Adictos ao Imperialismo*. Disponível em: <https://thetricontinental.org/es/argentina/investigaciones/adictos-al-imperialismo/>.

- Ao Instituto Transnacional, pelo seu projeto de longa data de pesquisa e análise do tráfico de drogas desde a década de 1990, como a divulgação do relatório suprimido da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a cocaína (Transnational Institute, *The WHO Cocaine Project*, Amsterdã: TNI, 1995). Também recomendamos os relatórios Transnational Institute, *10 Years Review: TNI Drugs and Democracy Programme, 1998-2008*, Amsterdã: TNI, 2008; Transnational Institute, *Global Commission on Drug Policy Report*, Amsterdã: TNI, 2011; e Ernestien Jensema, Martin Jelsma & Tom Blickman, *Bouncing Back: Relapse in the Golden Triangle*, Amsterdã: TNI, 2014.



Há centenas de anos, os saqueadores dos primórdios do capitalismo alegavam ter vindo a terras “selvagens” para trazer a “civilização”. Mas o que vieram fazer foi pilhar: tomar terras, explorar a mão de obra e extrair ouro e prata da África, Ásia e Américas. Ao longo das gerações, esse banditismo se tornou estrutural, incorporado às plantações, minas e companhias comerciais que drenavam essa riqueza para a “glória eterna” da Europa. Com o tempo, os descendentes desses primeiros bandidos vestiram ternos impecáveis e sugeriram que aquele desagradável passado não era sua herança, e que suas fortunas eram fruto de seu dedicado empreendedorismo. Mas, abaixo deles, nos esgotos da atividade comercial, estavam os outros ramos organizados dos negócios – a máfia, os traficantes de narcóticos e armas, os contrabandistas, os traficantes de pessoas e órgãos, os cibercriminosos, os agiotas, os caçadores furtivos de animais e aqueles que administram as fazendas de golpes e os complexos de crimes cibernéticos (Feinstein, 2011; Naim, 2006; Ramos, 2018; Botte, 2000; Franceschini *et al.*, 2025). Os capitalistas da superfície e os do subterrâneo estão ligados pela circulação de recursos volumosos, líquidos e sujos. Esses fundos ilícitos fluem de baixo para cima para serem lavados, desodorizados, as notas são esticadas, agrupadas e então postas em movimento – com um pequeno desconto – como o volume necessário de dinheiro que se torna capital limpo para uso lícito.

Este dossiê busca desconstruir a narrativa dominante que apresenta a “Guerra às Drogas” como uma genuína cruzada moral dos Estados capitalistas para proibir a circulação de narcóticos ilícitos. Essa narrativa se baseia na alegação de que o tráfico de drogas está de alguma forma separado do capitalismo “legal”. Argumentamos, em vez disso, que a Guerra às Drogas é meramente uma tentativa dos

Estados capitalistas de garantir que esses circuitos de narcotráfico permaneçam na clandestinidade, para que o dinheiro desviado do comércio ilegal possa continuar a inflar um sistema bancário que não funcionaria sem ele. Para além da lavagem de dinheiro proveniente do crime e da guerra de classes contra os camponeses, a Guerra às Drogas tornou-se uma ferramenta imperial flexível para disciplinar governos rebeldes, promover agendas contrarrevolucionárias e abrir territórios ao capital. Embora a guerra seja um regime global, este dossiê se concentra na economia da cocaína na Colômbia como uma lente por meio da qual se pode examinar sua economia política.

Nosso texto se baseia em pesquisas históricas sobre as últimas décadas da Guerra às Drogas, em documentos-chave das Nações Unidas (ONU) e em nosso próprio trabalho com organizações camponesas na Colômbia. A partir de sua posição na base da cadeia de valor, os camponeses têm uma compreensão clara das estruturas que sustentam o comércio ilícito. Suas organizações mapearam o capitalismo paralelo que explora os produtores rurais e suas famílias, bem como as comunidades da classe trabalhadora nos países mais ricos, em que o desemprego estrutural empurra muitos para essa economia como vendedores ou consumidores de baixo nível.





Foto: Mobilização da Minga Social e Comunitária em direção a Bogotá, 2020.

Créditos: Fotografia de Pupsoc. Intervenção artística do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

Não podemos abordar esse aspecto sem destacar uma flagrante autocontradição do governo britânico, que reivindica e promove o cristianismo e a civilização. Em sua condição imperial, finge desconhecer completamente o comércio ilegal de ópio, chegando até a firmar tratados que o proíbem. Contudo, em sua condição de governante da Índia, impõe o cultivo de ópio em Bengala, causando grandes prejuízos aos recursos produtivos daquele país; obriga parte dos camponeses indianos a cultivar papoula; incentiva outra parte a fazer o mesmo por meio de adiantamentos em dinheiro; mantém o monopólio da produção em larga escala da droga nociva em suas mãos [...]. O baú, que custou ao governo britânico cerca de 250 rúpias, é vendido no mercado de leilões de Calcutá por um preço que varia de 1.210 a 1.600 rúpias. Mas, não satisfeito com essa cumplicidade pragmática, o mesmo governo, até hoje, estabelece acordos explícitos de lucros e prejuízos com os comerciantes e transportadores que se lançam na perigosa operação de envenenar um império.

As finanças indianas do governo britânico, na verdade, passaram a depender não apenas do comércio de ópio com a China, mas também do caráter contrabandeado desse comércio [...] Enquanto prega abertamente o livre comércio de veneno, secretamente defende o monopólio de sua fabricação. Sempre que analisamos de perto a natureza do livre comércio britânico, o monopólio geralmente se encontra na base de sua “liberdade”.

Karl Marx, “Livre Comércio e Monopólio”,
25 set. 1858.

Parte 1: A economia política das drogas ilícitas

A partir da década de 1830, o ópio cultivado na Índia passou a ser contrabandeado para a China da dinastia Qing em quantidades cada vez maiores. Produzido sob o monopólio da Companhia Britânica das Índias Orientais na Índia e vendido em leilão a comerciantes privados, o produto circulava por redes de contrabando ao longo da costa chinesa. Após as duas Guerras do Ópio travadas entre a Grã-Bretanha e o Império Qing (1839-1842 e 1856-1860, com a França juntando-se à Grã-Bretanha na segunda), o comércio se consolidou e seu alcance se expandiu, inundando o mercado chinês com ópio.² Isso permitiu que a Grã-Bretanha utilizasse a prata recebida com a venda de ópio na China para financiar suas compras de chá, revertendo a saída de metais preciosos e tornando o comércio com a China lucrativo. O vício generalizado – inclusive entre funcionários e tropas imperiais – aprofundou a corrupção e enfraqueceu o Estado Qing. A entrada do ópio na China gerou fortunas fabulosas para novas famílias ricas, muitas das quais são hoje nomes lendários no capitalismo, como os Astor, os Forbes, os Delano (de quem descende o presidente americano Franklin Delano Roosevelt), os Jardine, os Matheson e os Sassoon (Downs, 1972). Essas fortunas também ajudaram a estabelecer bancos poderosos, como o Hong Kong and Shanghai Banking Company (HSBC), fundado em 1865. Os lucros do ópio contribuíram para o capital acumulado para a construção

² A história definitiva em chinês é a de Mao, 2005. Uma excelente síntese em inglês é a de Lovell, 2011.

da infraestrutura dos centros imperiais, incluindo as ferrovias nos Estados Unidos, construídas em meados e no final do século XIX e fortemente dependentes da mão de obra migrante chinesa. O capital acumulado no comércio com a China também fluiu para empresas americanas por meio de investimentos de grandes comerciantes chineses, como Wu Bingjian (Houqua) (Wong, 2016).

No final do século XIX, as consequências do ópio, altamente lucrativo e facilmente disponível, já não se restringiam à China. A droga havia chegado aos centros imperiais, com taxas de dependência crescentes nos estados do Atlântico Norte. Reformadores sociais nessas partes do mundo intensificaram as campanhas para proibir a entrada do ópio, mas tudo o que conseguiram foi empurrar toda a indústria para os braços de organizações criminosas cada vez mais poderosas. O período da Lei Seca nos EUA, entre 1920 e 1933, marcou uma profunda mudança na economia política das drogas. A proibição do álcool – acompanhada do endurecimento dos controles sobre os narcóticos – alimentou o crescimento exponencial da economia ilícita, dotando as organizações criminosas de recursos e de uma influência sem precedentes. Gangues locais se transformaram em sindicatos nacionais, estendendo seu alcance às instituições políticas. Quando a Lei Seca foi revogada em 1933, a heroína e outros narcóticos permaneceram a principal fonte de renda para essa crescente infraestrutura criminosa e uma importante fonte de liquidez para o sistema bancário legal. Os lucros das atividades ilegais, por mais vastos que fossem, tornaram-se a fonte de um fluxo constante de dinheiro para a economia legal.

A pilhagem colonial de moedas, terras e trabalho, aliada ao cercamento das terras comuns na Inglaterra entre 1750 e 1860, formou a base do que Marx chamou de *ursprüngliche Akkumulation*, ou acumulação “originária”, em *O capital*, volume 1. Não havia preocupação com a legalidade. Todo o processo de acumulação era banhado em sangue – a conquista de vastos territórios, a captura de povos inteiros e o comércio de tudo o que pudesse ser comprado e vendido, incluindo seres humanos e as drogas mais letais. Foi assim que o capitalismo nasceu, certamente, mas também é assim que ele sobrevive. A acumulação originária não é um prelúdio único que estabelece uma máquina de movimento perpétuo. Ela pode ser entendida como periódica: a acumulação originária recomeça sempre que o capital, carente de liquidez, busca novas reservas para satisfazer sua necessidade – assim como um vampiro busca sangue fresco para se alimentar.

A economia das mercadorias ilícitas – seja o tráfico de drogas, seja o de pessoas – possui uma lógica peculiar que a diferencia da economia das mercadorias lícitas. Uma vez que uma mercadoria é designada como ilegal pelo Estado, ela sai de todo o aparato regulatório. Aqueles que trabalham para produzir a mercadoria, desde sua etapa primária (os camponeses que cultivam a folha de coca, por exemplo) até sua etapa final (os traficantes que vendem cocaína em suas diversas formas), ficam sem qualquer proteção legal e, portanto, vulneráveis à superexploração em níveis inimagináveis.³ Os produtos primários são precificados tão abaixo de seu valor de mercado que geram enormes quantias de dinheiro para aqueles que controlam

3 Para saber mais sobre o conceito de “superexploração”, ver Marini, 1973, p. 91-99.

a cadeia de distribuição, da compra na origem à venda nas ruas. A cadeia de produção da cocaína é ilustrada abaixo:⁴

1. Cultivo da folha de coca

- a. **Processo:** a folha de coca é cultivada principalmente na região andina (Bolívia, Colômbia e Peru). A colheita é realizada diversas vezes ao ano por *raspachines* (colhedores de folha de coca contratados) e a venda é feita diretamente pelo produtor, antes do transporte ou processamento, para intermediários. Uma parte da folha de coca é utilizada legalmente (para mascar, ou *mambeo*, e para fazer chá). O restante é destinado ao processamento ilícito para a produção de cocaína.
- b. **Preços:** na Colômbia, que tem sido o maior produtor mundial de coca nos últimos anos, o preço da folha de coca na fazenda despencou em muitas regiões. Um relatório recente mostra que, entre 2022 e 2023, o preço de uma arroba caiu de 20 dólares para 7 dólares em Nariño e de 17 para 9 dólares em Argélia (Cauca) (Isacson, 2023).
- c. **Objetivo:** os camponeses vendem na base de uma cadeia que não controlam; a ilegalidade elimina as proteções e cria um mercado favorável ao comprador na porteira da fazenda.

4 Salvo indicação em contrário, os dados são compilados a partir de relatórios do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) dos últimos 20 anos, abrangendo diversos países e níveis de mercado. Trata-se de retratos do momento, e não de preços atuais.

2. Pasta base (pasta de coca)

- a. **Processo:** em pequenos laboratórios clandestinos, os trabalhadores maceram a folha de coca manualmente, utilizando destilados de petróleo para extrair os alcalóides. Esse material é então secado para produzir a pasta de coca.
- b. **Preços:** os preços da pasta de coca variam em toda a região, mas um valor indicativo é que, na Colômbia, 1 kg de pasta de coca podia ser vendido na porta do laboratório por 450 a 600 dólares nos últimos cinco anos.
- c. **Objetivo:** os intermediários transformam a folha em concentrado, e assim vem a primeira grande margem de lucro – valor que não retorna aos agricultores.

3. Pasta de coca para cloridrato de cocaína (cocaína em pó)

- a. **Processo:** alguns processos utilizam ácidos minerais para alterar a forma química dos alcalóides extraídos. Em seguida, os trabalhadores usam substâncias alcalinas para alterar a solubilidade dos alcalóides durante o processamento. Etapas adicionais podem envolver agentes oxidantes ou solventes para purificar o produto. Esses produtos químicos – muitas vezes facilmente disponíveis devido ao seu uso na agricultura e na indústria – são manuseados e misturados por trabalhadores utilizando métodos extremamente inseguros, incluindo o uso de mãos desprotegidas.

- b. **Preços:** na entrada desse local de processamento, o preço sobe para mais de mil dólares por quilo, embora hoje possa chegar a vários milhares de dólares, dependendo da qualidade do cloridrato de cocaína.
- c. **Objetivo:** o refino padroniza a droga para os mercados atacadistas, transformando-a em uma mercadoria de alto valor que pode ser negociada como dinheiro.

4. Comércio atacadista e varejista

- a. **Processo:** a cocaína em pó é então transportada dos países andinos para centros de trânsito – especialmente na América Central, Caribe, Brasil e África Ocidental – por grupos armados e organizações criminosas. O produto de alta pureza é vendido a granel entre as organizações de tráfico (UNODC, 2023a). Os traficantes então levam a droga para os países consumidores (principalmente os EUA e a Europa Ocidental), onde o produto é diluído, reembalado e distribuído para pequenos atacadistas (principalmente gangues) antes de chegar às ruas por meio de revendedores.
- b. **Preços:** dados recentes do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) sobre os preços na última década no México sugerem que o preço de trânsito é de aproximadamente 12 mil dólares por quilo. No Panamá, o preço registrado foi de 30 mil por quilo. O preço de varejo no Quênia varia bastante, com uma estimativa de 90 dólares por grama com pureza em torno de 56% e um preço de atacado de

44.580 dólares por quilo com pureza entre 40% e 50% (UNODC, 2004).

- c. **Objetivo:** as vendas por atacado e varejo geram a maior parte dos lucros em dinheiro, que é então lavado e reinvestido, fornecendo liquidez à economia formal.

Em conjunto, os números acima mostram como o valor aumenta em várias ordens de magnitude, desde a folha de coca diretamente da fazenda na Colômbia, com preço entre 0,56 e 0,72 dólares por quilo, até a cocaína no atacado no Quênia, por exemplo, a 44.580 dólares o quilo – um aumento de preço de aproximadamente 62 mil a 80 mil vezes (cerca de 6,2 a 8,0 milhões por cento).

A natureza de produtos ilícitos como a cocaína é tal que a demanda é em grande parte inelástica em relação ao preço (o que significa que o consumo muda pouco mesmo quando os preços sobem), especialmente entre usuários dependentes, já que o vício os mantém consumindo independentemente do preço. Em alguns casos, o aumento do preço leva o usuário a pequenos furtos ou outras formas de obtenção de renda informal para arcar com esses custos. A violência no transporte da droga das fazendas para as ruas e as overdoses raramente interrompem a produção ou o mercado, já que o desemprego e a precariedade garantem uma reserva de mão de obra que pode ser recrutada para o tráfico quando outros são mortos, presos ou forçados a sair. Dessa forma, vidas podem ser perdidas sem que o processo de acumulação de capital na economia formal se interrompa. Cidades desindustrializadas com altas taxas de desemprego fornecem convenientemente um contingente de recrutas e consumidores para uma economia das drogas que emprega parcelas da população, vicia

muitos e permite a repressão coercitiva por forças estatais em nome da Guerra às Drogas.⁵ A economia de mercadorias ilícitas, portanto, explora ao máximo os trabalhadores, produz enormes volumes de dinheiro que são lavados e, assim, lubrificam o sistema financeiro, e permite que comunidades marginalizadas sejam controladas por meio da desmoralização social e da intervenção policial.

A ligação entre narcóticos e capitalismo não se restringe ao sub-mundo: as mesmas plantas e moléculas que circulam por rotas ilícitas também abastecem indústrias perfeitamente legais. A papoula do ópio alimenta o mercado farmacêutico global com analgésicos e sedativos. As folhas de coca são processadas para a produção de aromatizantes e medicamentos sem a substância cocaína. Opioides sintéticos, como o fentanil, são fabricados sob licença por grandes empresas farmacêuticas. Em cada caso, os Estados criam regimes regulatórios e comerciais que protegem os lucros corporativos, ao mesmo tempo que criminalizam as rotas informais paralelas. A fronteira entre drogas “legais” e “ilegais”, portanto, não é química, mas política, traçada de forma a favorecer a acumulação de capital nos centros imperiais e expor camponeses e consumidores pobres nas periferias à criminalização e à violência.

Os vastos volumes de dinheiro líquido que circulam pelas mãos de cartéis criminosos e são lavados em bancos representam uma enorme tentação para os governos usarem esse dinheiro em operações secretas não declaradas. Na prática, isso frequentemente assume a forma

5 Para mais detalhes sobre este ponto, ver González, 2014; Labate & Rodrigues, 2018; Reding, 2009.

de alianças secretas com forças por procuração – incluindo proteção, treinamento, armas e logística – que operam dentro das economias do narcotráfico e se financiam por meio da tributação do cultivo, processamento e transporte. Dessa forma, a receita ilícita pode subsidiar a guerra por procuração, ao mesmo tempo que protege o governo patrocinador da fiscalização pública. Tais circuitos foram utilizados pelos Estados Unidos no financiamento de forças contrarrevolucionárias, visando suprimir movimentos de esquerda ou comunistas após a Segunda Guerra Mundial. Exemplos incluem remanescentes do Kuomintang (KMT) na Birmânia e no norte da Tailândia (início das décadas de 1950 e 1960), mobilizados contra a República Popular da China e as forças comunistas ao longo da fronteira no norte de Mianmar e da Tailândia; o Exército Secreto Hmong, sob o comando do General Vang Pao, no Laos (c. 1960-1973), mobilizado contra o Pathet Lao e as forças do Vietnã do Norte; as forças armadas do Vietnã do Sul (1955-1975), mobilizadas contra a Frente Nacional de Libertação (Viet Cong) e o Vietnã do Norte; os *mujahidin* afegãos (final da década de 1970 e década de 1980), mobilizados contra o governo do PDPA no Afeganistão, apoiado pelos soviéticos, e, após a intervenção soviética, contra essas forças; os Contras nicaraguenses (década de 1980), mobilizados contra o governo sandinista; e os paramilitares colombianos, notadamente as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC, 1997-2006), mobilizados contra as FARC-EP⁶

6 As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) surgiram em meados da década de 1960 como uma organização guerrilheira marxista-leninista com raízes na autodefesa camponesa e nas lutas pela terra. Seu programa centrava-se na reforma agrária e em um projeto mais amplo de transformação política e social em um país marcado pela extrema concentração de terras e exclusão política. Tornou-se uma das principais forças insurgentes no conflito armado interno da Colômbia, que também envolveu as forças de segurança do Estado e grupos paramilitares de direita.

e a esquerda em geral (McCoy, 1972; Webb, 1998; Grillo, 2016).⁷ Um Estado de segurança que trata o mundo das drogas ilegais como um banco para suas próprias operações secretas tem poucos incentivos para dismantelar esses circuitos. Há ampla evidência de que os próprios cartéis usam seus contatos dentro dos serviços de segurança para eliminar rivais, de modo a expandir suas operações para novos territórios. A relação simbiótica entre gangues ilegais e as agências secretas paralegais do Estado está bem documentada (Valentine, 2017; CIA, 1998; Cockburn & St. Clair, 1999).

O paradigma da Guerra às Drogas permitiu aos Estados Unidos, o principal arquiteto dessa campanha, retratar qualquer um de seus adversários como narcotraficantes e usar seu imenso poderio militar e financeiro contra eles. A base do Plano Colômbia (lançado em 2000 como uma iniciativa EUA-Colômbia) era usar o financiamento do combate às drogas para armar as Forças Armadas colombianas, cujo foco principal *não eram* os narcotraficantes, que haviam se infiltrado no Estado e no aparato de segurança, nem os paramilitares de direita, que trabalhavam em estreita colaboração com os narcotraficantes, mas sim grupos revolucionários como as FARC-EP e o Exército de Libertação Nacional (ELN) (Rivera, 2015). Na prática, a estrutura de combate às drogas do Plano Colômbia também funcionou como um projeto de contrainsurgência e recuperação territorial, visando reafirmar o controle estatal nas regiões produtoras de coca (as próprias FARC-EP surgiram de comunidades de autodefesa camponesa e obtiveram grande parte de sua base social da Colômbia rural). Mais

7 Para documentação desclassificada sobre a interligação entre os cartéis e o estado de guerra, veja Kornbluh & Malcolm, 1993.

recentemente, a retórica da Guerra às Drogas tem sido usada para intensificar a pressão sobre países da região cujos governos se recusam a se submeter aos Estados Unidos (principalmente Venezuela, Colômbia e México). Em agosto de 2025, Washington começou a intensificar essa narrativa contra a Venezuela, designando o suposto Cartel de los Soles como um “grupo terrorista transnacional” com hipotéticos laços com o presidente Nicolás Maduro. Apesar de não apresentar nenhuma prova da ligação (ou mesmo da existência desse “cartel”), os EUA têm se engajado em uma violenta campanha contra a Revolução Bolivariana que inclui, mais recentemente, ataques extrajudiciais contra pequenas embarcações no Caribe (matando mais de cem pessoas até o final de 2025), um bloqueio naval a petroleiros venezuelanos sancionados e o atentado de 3 de janeiro em Caracas, seguido do sequestro do presidente Maduro e da deputada da Assembleia Nacional Cilia Flores, que estão sendo julgados em um tribunal de Nova York sob acusações infundadas, relacionadas a “narcoterrorismo” (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2025; Arlacchi, 2025). Vale ressaltar que, poucos dias após o sequestro de Maduro e Flores, o Departamento de Justiça abandonou “a alegação de que o ‘Cartel de los Soles’ da Venezuela seja um grupo real”, como afirmou um artigo do *The New York Times* (Savage, 2026).

Essa narrativa se baseia em uma guerra de informação fundamentada em exageros, desinformação e mentiras descaradas. De acordo com a própria Drug Enforcement Administration (DEA), a Colômbia continua sendo o principal local de cultivo de coca e o principal país de origem da cocaína apreendida nos Estados Unidos. Além disso, a maior parte da cocaína destinada ao mercado estadunidense sai da Colômbia pelo Pacífico e passa pela América Central e pelo

México, sendo que a Venezuela responde por apenas 5% das drogas transportadas pela Colômbia (DEA, 2026; Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2026). Embora a Venezuela seja responsável por uma parcela insignificante do tráfico global de drogas, ela permanece, atualmente, um dos principais alvos da guerra às drogas dos EUA. Isso não só demonstra um flagrante desrespeito aos fatos como também viola o direito internacional e exemplifica claramente como a narrativa da Guerra às Drogas é utilizada para disciplinar as forças de esquerda na região e drenar a riqueza do Sul para o Norte.

Segundo uma estimativa, em 2015, a troca desigual de bens e serviços entre o Norte Global e o Sul Global totalizou entre 10,8 e 14,1 trilhões de dólares (o suficiente para acabar com a pobreza extrema 70 vezes) (Hickel *et al.*, 2022). Esse é um número imenso que não foi totalmente assimilado por aqueles que formulam políticas. Significa que, a cada ano, mais de 10 trilhões de dólares em riqueza são drenados do Sul para o Norte, na maioria das vezes de forma legal. A fuga ilícita de capitais não é tão expressiva, embora as cinco principais áreas de ilegalidade sejam impressionantes, mesmo considerando estimativas conservadoras: o comércio ilegal de armas leves (3,5 bilhões de dólares), o tráfico de drogas (32 bilhões de dólares), a mineração ilegal (48 bilhões de dólares), o tráfico de pessoas (150 bilhões de dólares) e a falsificação (467 bilhões de dólares) somam cerca de 700,5 bilhões por ano (Del Mercado *et al.*, 2025; UNODC, 2012, 2025; Grupo de Ação Financeira Internacional, 2021; OIT, 2014; OCDE, 2025). O que chama a atenção no comércio ilegal é o enorme volume de dinheiro em espécie que ele gera. Em 2011, o UNODC publicou um importante relatório sobre os fluxos financeiros ilícitos provenientes do narcotráfico (UNODC, 2011).



Foto: Uma homenagem aos camaradas que perderam a visão devido à repressão policial durante os protestos sociais. Popayán, Cauca, 2020.

Créditos: Fotografia de Pupsoc. Intervenção artística do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

As principais conclusões merecem reflexão, visto que não existem dados globais atualizados sobre essas questões.

1. Estima-se (com alto grau de incerteza) que uma grande parte – até 70% – dos lucros do crime organizado transnacional seja lavado por meio do sistema financeiro.
2. A melhor estimativa do relatório sobre o total de recursos ilícitos disponíveis para lavagem de dinheiro é de 2,7% do PIB global, ou 1,6 trilhão de dólares em 2009.
3. Estima-se que o tráfico ilícito de drogas seja o maior mercado transnacional do crime organizado, representando cerca de 20% de todos os lucros do crime internacional.
4. A taxa de interceptação é surpreendentemente baixa: apenas cerca de 1% (provavelmente em torno de 0,2%) dos lucros do tráfico de drogas são apreendidos ou bloqueados.

Um relatório mais recente do UNODC, de 2023, argumenta que, em diversos países, os fluxos financeiros ilícitos (FFI) relacionados ao dinheiro do narcotráfico são comparáveis – e, em alguns casos, maiores – aos fluxos transfronteiriços legais (UNODC, 2023b). Na Colômbia, por exemplo, o relatório estima (por meio de modelagem) que os FFI anuais relacionados ao tráfico de cocaína variaram entre 1,2 bilhão e 8,6 bilhões de dólares de 2015 a 2019. Em comparação, segundo dados preliminares do governo, os fluxos de investimento estrangeiro direto na Colômbia em 2024 foram de cerca de 14,2 bilhões de dólares (Presidência da Colômbia, 2025). No México, os FFI relacionados ao tráfico de heroína, cocaína e metanfetamina

totalizaram entre 8 bilhões e 17 bilhões de dólares por ano, de 2015 a 2018, valor comparável à média das receitas de exportação agrícola no mesmo período (12,6 bilhões de dólares). Esses números devem ser interpretados como indicativos, uma vez que a maioria dos países não coleta estatísticas nacionais confiáveis sobre fluxos financeiros ilícitos.

As redes de lavagem de dinheiro e os intermediários financeiros utilizam diversos meios para movimentar o capital. Entre eles, estão os sistemas informais de transferência de dinheiro (como o *hawala* e o *hundi*),⁸ os criptoativos e os serviços digitais, além da exploração dos canais de migração e remessas para movimentar dinheiro fora do alcance regulatório do Estado. Embora a ONU tenha desenvolvido uma nova metodologia para mensurar as finanças ilícitas, ela não compensa o mundo obscuro do mercado clandestino (UNODC, 2020). Por essa razão, o relatório do UNODC de 2011 observou que “as estimativas monetárias finais devem ser tratadas com cautela” (UNODC, 2011).

Ocasionalmente, surgem escândalos envolvendo bancos na lavagem de dinheiro proveniente do narcotráfico. O caso mais notório envolveu o HSBC, que surgiu do comércio de ópio e se tornou um dos

8 Hawala e hundi referem-se a sistemas informais de transferência de valores nos quais intermediários (*hawaladars*) movimentam dinheiro nas fronteiras por meio de redes de contrapartes, em vez de transferências bancárias formais. Um remetente entrega fundos a um intermediário em um local, e um intermediário parceiro paga o destinatário em outro; os intermediários posteriormente liquidam as contas por meio de transações de compensação (faturas comerciais, correios de dinheiro ou outros mecanismos de balanceamento). Esses sistemas são amplamente utilizados para remessas legítimas em que o sistema bancário formal é limitado, mas também podem ser explorados para burlar os controles de capital e a fiscalização contra lavagem de dinheiro.

maiores bancos do mundo, com mais de 3 trilhões de dólares em ativos totais em 2025 (HSBC, 2025). Em 2012, uma investigação do Departamento de Justiça dos EUA constatou que o HSBC havia lavado cerca de 881 milhões de dólares para cartéis de drogas colombianos e mexicanos entre 1996 e 2006. O banco concordou em pagar 1,9 bilhão em multas sob um acordo de suspensão condicional do processo, e a instituição ficou isenta de qualquer outra retaliação e nenhum executivo do HSBC foi processado criminalmente (Blackhurst, 2023). Como apenas uma pequena parcela desses crimes é detectada, pode-se presumir que a multa foi modesta em relação aos lucros.

Enquanto isso, bancos menores foram fechados quando investigações semelhantes (embora raras) foram realizadas. Em outubro de 2015, o Banco Continental, em Honduras, foi colocado em liquidação depois que o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros dos EUA (OFAC) o designou como um “traficante de narcóticos especialmente designado” (o valor supostamente lavado nunca foi divulgado). Tais ações equivalem ostensivamente a julgamentos de fachada para demonstrar a ira dos órgãos reguladores, que, de outra forma, são lenientes quando o alvo é um banco estadunidense ou transnacional. O sistema é intocável e não pode haver reforma de todo o sistema bancário corrupto (incluindo paraísos fiscais ilícitos que abrigam trilhões de dólares). O Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), criado em 1989 pelo G7, deveria fornecer uma estrutura contra a lavagem de dinheiro (GAFI, s.d.). Mas, como observa um estudo recente, seu fracasso “em reduzir tanto os crimes subjacentes que geram grandes receitas criminosas quanto o volume de lavagem de dinheiro é incontestável” (Nazzari & Tonry,

2025). As estimativas da ONU sugerem que, a cada ano, tanto os valores lavados quanto a atividade ilegal que os gera continuam a aumentar (UNODC, 2026).

Seja a droga narcótica de origem vegetal (cocaína), seja a sintética (metanfetamina), sua produção é concentrada em áreas rurais e periféricas, onde as pessoas vivem em situação de pobreza ou quase pobreza. A droga é então transportada por cartéis por vastas distâncias até os mercados consumidores, onde jovens empobrecidos a vendem por salários que excedem o que poderiam ganhar na economia precarizada e supervalorizada, mas que ainda são modestos em comparação com o valor movimentado. Os chefes dos cartéis, por sua vez, acumulam enormes riquezas com o comércio, mas suas vidas são frequentemente curtas e violentas. O sistema bancário formal, que recebe volumes de dinheiro desviados da cadeia de valor, acaba lucrando consideravelmente, permanecendo em grande parte imune às consequências. A longo prazo, os riscos – violência, prisão, desapropriação – se concentram entre os camponeses e os pobres urbanos, enquanto o excedente é absorvido e reinvestido por meio das instituições do capitalismo “legítimo”.



Foto: Reflorestação da bacia del Río Cauca pela ecoaldeia Estrella Roja e o Comité Ambiental da Zona Húmeda La Orquídea.

Créditos: Fotografia de Pupsoc. Intervenção artística do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

Meu país é lindo porque tem a floresta amazônica, a floresta do Chocó, as águas, a Cordilheira dos Andes e os oceanos. Ali, nessas florestas tropicais, o oxigênio do planeta é liberado e o CO₂ da atmosfera é absorvido. Uma dessas plantas que absorvem CO₂, entre milhões de espécies, é uma das mais perseguidas na Terra. Onde quer que cresça, busca-se sua destruição. É uma planta amazônica. É a planta de coca, a planta sagrada dos Incas.

Como em uma encruzilhada paradoxal, a selva que estamos tentando salvar está, ao mesmo tempo, sendo destruída.

Para destruir a planta de coca, pulverizam-se venenos, quantidades massivas de glifosato que se espalham pelas águas, prendem-se os seus cultivadores e encarceram-nos. Para destruir ou possuir a folha de coca, um milhão de latino-americanos são assassinados e dois milhões de afro-americanos são presos na América do Norte.

“Destruam a planta que mata”, vocês gritam do Norte; “destruam-na”. Mas a planta é apenas mais uma planta entre as milhões de espécies que perecem quando se lança fogo na floresta tropical.

“Destruir a floresta tropical”, “destruir a Amazônia” tornaram-se os *slogans* seguidos por Estados e empresários. O clamor dos cientistas que consideram a floresta tropical um dos grandes pilares do clima não importa. Para os poderosos do mundo, a floresta tropical e seus habitantes são os culpados pela praga que os atormenta. Os poderosos são assolados pelo vício em dinheiro, na perpetuação do poder, no petróleo, na cocaína e nas drogas mais pesadas, para que possam se anestesiarem ainda mais.

Nada é mais hipócrita do que o discurso sobre salvar a floresta tropical. A floresta tropical está queimando, distintos delegados,

enquanto vocês travam guerras e brincam com ela. A floresta tropical, pilar climático do mundo, desaparece com toda a sua vida. A enorme esponja que absorve o CO₂ do planeta evapora. A floresta tropical – nossa salvadora – é vista em meu país como inimiga a ser derrotada, como erva daninha a ser erradicada.

O espaço da coca e dos camponeses que a cultivam, por não terem mais nada para cultivar, é demonizado. Meu país não lhes interessa a não ser para envenenar suas florestas tropicais, prender seus homens e relegar suas mulheres à exclusão.

Vocês não estão interessados em educar as crianças, mas sim em destruir a floresta tropical e extrair carvão e petróleo de suas entranhas. A esponja que absorve o veneno é inútil; vocês preferem espalhar ainda mais veneno na atmosfera.

Servimos para justificar o vazio e a solidão da sua própria sociedade, que os leva a viver na sua bolha de drogas. Ocultamos de vocês os seus próprios problemas, que se recusam a resolver. É melhor declarar guerra à floresta tropical, às suas plantas, ao seu povo.

Gustavo Petro, presidente da Colômbia, discurso na Assembleia Geral da ONU (Debate Geral, 77^a sessão), 20 de setembro de 2022. (Eljuri, 2022)



Parte 2: Como os camponeses veem a “Guerra às Drogas”

A acusação de Petro revela o que meio século de políticas antidrogas tentou esconder: esta “guerra” foi travada não contra os narcóticos, mas contra as pessoas e a natureza. A arquitetura moderna dessa “guerra” remonta a 17 de junho de 1971, quando o presidente dos EUA, Richard Nixon, declarou à imprensa que “o inimigo público número um nos Estados Unidos é o abuso de drogas” (Nixon, 1971/2016). “Para combater e derrotar este inimigo”, continuou ele, “é necessário lançar uma nova ofensiva total”. O anúncio levou a mídia estadunidense a cunhar o termo “Guerra às Drogas”. Inicialmente, Nixon afirmou que o alvo da guerra seria o “traficante”, ou seja, o vendedor de drogas. Havia pouca preocupação, na linguagem da “guerra”, em lidar com o vício em drogas gerado pela guerra dos EUA no Vietnã — uma guerra que contribuiu para a própria crise que a Guerra às Drogas pretendia enfrentar. Em vez de se concentrar no vício e na indústria que se aproveita do dependente químico, os Estados Unidos logo passaram a usar a Guerra às Drogas para perseguir não apenas os pobres dentro de suas próprias fronteiras, mas também os camponeses empobrecidos da América Latina e da Ásia, que não tinham outra escolha senão produzir drogas, condições que os próprios EUA haviam ajudado a criar. Não haveria uma verdadeira guerra contra o vício ou o sistema que o produz — apenas uma guerra contra o campesinato e contra as organizações revolucionárias que atuavam entre eles.

O instrumento jurídico de que a Europa e os EUA precisavam para travar essa guerra já estava disponível: a Convenção Única das Nações Unidas sobre Entorpecentes de 1961 (ONU, 1961). Apresentada como uma estrutura internacional de saúde pública, ela colocou plantas como a coca, a *cannabis* e a papoula sob controle internacional e obrigou os Estados a limitarem sua produção e uso a fins médicos e científicos. A convenção também exigia a abolição da mastigação da folha de coca após um período “transitório”, criminalizando, na prática, uma prática indígena milenar em nome da “ordem” global. Essa não era uma classificação neutra: tratava-se de uma decisão política tomada em um sistema internacional dominado pelo Norte, que transformou certas plantas – e os povos cujas vidas e culturas estão intrinsecamente ligadas a elas – em objetos de controle.

O caso colombiano é paradigmático para a compreensão dos efeitos concretos da longa Guerra às Drogas, precisamente porque torna visíveis as ligações entre as plantações, o subdesenvolvimento rural e o conflito armado – um quadro político que hoje está sendo republicado e reciclado mais uma vez. Como discutimos no caderno n. 1 do nosso projeto de pesquisa *Viciados em Imperialismo*, “a produção de folha de coca na Colômbia apresenta algumas características únicas que se relacionam com a ligação entre as plantações, a falta de desenvolvimento rural e o conflito armado” (Alfonso, 2024). Longe do que a mídia nos faz acreditar, e longe de ser o resultado de uma “associação criminosa” entre grandes cartéis de drogas e comunidades camponesas, a economia da coca na Colômbia está enraizada no desenvolvimento histórico do país e na evolução do seu conflito armado. Esse conflito – que envolve forças estatais, guerrilhas de esquerda

(incluindo as FARC-EP e o ELN) e paramilitares de direita – tem raízes profundas na desigualdade fundiária e na exclusão política, nas quais os Estados Unidos, previsivelmente, desempenharam um papel de liderança.

Apesar de sua importância inicial como um relevante entreposto para o comércio colonial e como sede do vice-reinado espanhol de Nova Granada, a Colômbia permaneceu, durante grande parte de sua história, um país predominantemente rural com uma economia agrária. Do século XIX ao início do século XX, as exportações de tabaco, cana-de-açúcar, bananas e café tornaram o país lucrativo, assim como a extração de ouro e esmeraldas. Embora a balança comercial tenha mudado, a Colômbia continua sendo exportadora de produtos agrícolas (como café, abacate, óleo de palma, além de coca e cocaína) e energia (principalmente petróleo e carvão). Essa ordem exportadora-extrativista se baseia na concentração de terras e na força coercitiva, gerando conflitos rurais recorrentes. A intensa luta de classes no campo se repete geração após geração, desde o *Masacre de las Bananeras*, quando capangas da United Fruit Company abriram fogo contra trabalhadores em greve e seus apoiadores em Ciénaga, em dezembro de 1928 (matando cerca de mil pessoas), até o massacre de Mapiripán em Meta, em 1997, quando paramilitares das AUC assassinaram e “desapareceram” com aproximadamente 49 civis em uma campanha de contrainsurgência para tomar território e garantir rotas de tráfico de drogas (Comisión de la Verdad, 2025).

Nos últimos anos, a violência tem sido em grande parte motivada pelo desenvolvimento de novas formas de investimento de capital e

extração de *commodities* no campo. Exércitos paraestatais são mobilizados para expropriar grandes extensões de terra para a produção pecuária, para o cultivo em larga escala de sorgo, soja, trigo, palma, algodão, milho e arroz, e para projetos puramente extrativos de mineração e agroindústria. Atreladas às elites nacionais e ao capital transnacional, a própria existência do campesinato representa um problema para essas operações. Os camponeses são atacados diretamente pelo processo de desapropriação violenta, mas também pelas condições estruturais que lhes são impostas: a deflação dos preços das pequenas colheitas (impulsionada pela liberalização do comércio, pelo poder de compra dos compradores e pela ausência de subsídios aos preços) e o enfraquecimento dos sistemas de bem-estar social – ambos fatores que aprofundam a pobreza (Le Grand, 1988; Machado, 2017; Posada, 2010). Quando essa desapropriação é bem-sucedida, os camponeses se concentram nas periferias das áreas urbanas ou se tornam matéria-prima para as vastas redes de tráfico de drogas e outras mercadorias ilegais controladas pelos mesmos grupos que os expulsam da terra. Essas organizações criminosas estabelecem novas dinâmicas rurais e urbanas de controle territorial, ao mesmo tempo que oferecem oportunidades econômicas precárias para os trabalhadores rurais (Castiblanco, 2021).

O que se observa na Colômbia também está acontecendo em toda a América Latina: o aprofundamento do modelo neoliberal na agricultura acelerou a extinção do pequeno agricultor. Os camponeses enfrentam a falta de acesso e posse da terra, além da exclusão social e econômica, desemprego, opressão e marginalização, situações agravadas por políticas públicas frágeis, saúde e educação rural inadequadas e a impossibilidade de acesso a moradias dignas. Na Colômbia, a

crise é ainda mais intensificada pela grilagem de terras, usurpação e legalização – a “regularização” de terras ilegalmente desapropriadas – realizada por meio de um modelo paramilitar com financiamento e consentimento do Estado a serviço de grandes corporações transnacionais. A concentração de terras é extrema: grandes proprietários de terras controlam a maior parte das áreas produtivas; 1% das maiores propriedades (fazendas com mais de 100 hectares) representam 81% das terras agrícolas (Dane, 2014).

Em conjunto, essas dinâmicas reproduzem uma longa história de desapropriação que remonta à chegada dos conquistadores espanhóis às Américas. Na Colômbia, setores do aparato estatal em conluio com narcotraficantes e grupos paramilitares tomam violentamente as terras dos camponeses e os privam dos meios de reprodução. Ao mesmo tempo, acordos de livre comércio e a concorrência das importações prejudicam as culturas lícitas, levando os agricultores a optarem por culturas ilícitas mais lucrativas. Embora a coca seja nativa dos Andes e tenha profundo significado espiritual e cultural para os povos indígenas que a utilizam há milhares de anos, a maioria dos agricultores é agora forçada a cultivá-la sob o mesmo sistema neoliberal que, posteriormente, tenta erradicar a planta em nome da Guerra às Drogas.

A produção de coca prende as famílias em uma dependência econômica e em um trabalho altamente informal durante todo o ano, já que a folha de coca madura é colhida a cada dois meses. Além disso, permite uma produção rápida a baixo custo, comercialização imediata e uma renda líquida mensal média estimada em cerca de 56% do salário mínimo colombiano (em 2018) por hectare cultivado

(UNODC, 2018). No entanto, esse número mascara uma grande variação e não reflete como a coerção, os intermediários, os gargalos no transporte e a volatilidade dos preços podem reduzir ainda mais o que os produtores levam para casa. Nossa pesquisa conjunta com a Coordenação Nacional de Produtores de Coca, Papoula e Maconha (COCCAM) constatou que a produção não só exige muita mão de obra e tempo, como também a taxa de retorno para os pequenos agricultores é insignificante. Segundo um dos líderes da COCCAM:

Quando terminamos todo o processo, estamos praticamente prontos para começar tudo de novo. Então, é constante... A coca é plantada e, após seis meses, está pronta para a primeira colheita, e depois é colhida a cada dois meses, o que significa que a cada dois meses há um produto.

Outro membro da COCCAM, um produtor de 26 anos, disse:

Você pode precisar de seis a dez trabalhadores por hectare. É importante ressaltar que a folha de coca gera muitos empregos. Existem fazendas onde a colheita nunca para e há de 60 a 80 trabalhadores todos os dias. Isso significa que, ao longo do ano, eles descansam por um mês. (Alfonso, 2024, p. 68)

Além disso, as áreas de cultivo de coca estão entre as mais pobres e isoladas da Colômbia, com acesso significativamente menor a bens e serviços públicos do que o resto do país. Uma pesquisa domiciliar do UNODC, de 2018, com 6.350 famílias em 29 municípios participantes do Programa Nacional Integral de Substituição de Cultivos da Colômbia, constatou que 57% dos domicílios estavam em

situação de pobreza monetária e 47% eram multidimensionalmente pobres (Oxford Poverty and Human Development Initiative, s.d.). O UNODC calcula seu índice de pobreza multidimensional em quatro esferas – educação, saúde, infância e adolescência e condições de moradia – e classifica uma família como multidimensionalmente pobre quando apresenta privação em pelo menos um terço dos indicadores ponderados. A mesma pesquisa aponta para o trabalho infantil generalizado (92% das crianças de 6 a 9 anos trabalham), baixa frequência escolar (68% da população em idade escolar não frequenta a escola) e graves deficiências em serviços (apenas 3% relatam acesso a um hospital ou centro de saúde, enquanto apenas 63% relatam acesso à eletricidade) (UNODC, 2018). Os efeitos na saúde associados às tarefas realizadas no cultivo de plantações ilícitas vão além daqueles associados ao trabalho agrícola. Somam-se a isso os danos causados pelos produtos utilizados no tratamento das plantações e pelas medidas institucionais de erradicação (como a pulverização indiscriminada de glifosato em territórios camponeses), bem como os impactos do desmatamento para expandir a fronteira agrícola. Nesses territórios, a informalidade laboral é quase universal e a superlotação é generalizada. Além disso, as taxas de natalidade são elevadas e a migração de adultos é comum – dinâmicas que a substituição de culturas e os programas alternativos de desenvolvimento raramente levam em consideração (Alfonso, 2024). Essas são condições de abandono estatal que sustentam e são reforçadas pela economia da coca e pelas estruturas coercitivas que a cercam.

Essas condições são fundamentais para entender por que os camponeses vendem sua força de trabalho na economia ilícita da coca – é

uma das poucas fontes viáveis de renda em dinheiro. Como disse um líder da COCCAM:

O campesinato tem sido julgado e rotulado como se tivéssemos *escolhido* cultivar a folha de coca, quando, na verdade, foram as circunstâncias, a falta de envolvimento dos governos locais e nacionais no território [...]. A ausência dessa institucionalidade levou as pessoas a buscarem alternativas em economias ilegais para alimentar, sustentar e manter suas famílias. Isso se deve à falta de boas estradas de acesso, mercados de produtos [e centros de coleta] e iniciativas para promover a produção. (Alfonso, 2024, p. 70)

Embora as atividades ilícitas relacionadas à folha de coca tenham começado décadas antes, a ascensão da Colômbia como um nó central no comércio global de cocaína tomou forma na década de 1970, quando a crescente demanda internacional levou o país ao processamento e exportação em larga escala (Gootenberg & Dávalos, 2021). Ao final da década, a Colômbia era um dos principais exportadores mundiais de cocaína e maconha, gerando um influxo de capital que remodelou a economia e a política do país – uma transformação que continua até hoje. Na década de 1980, o tráfico de cocaína se consolidou em detrimento de outras drogas e o cultivo se expandiu para mais regiões do país, mesmo com seu declínio no Peru e na Bolívia. Essa trajetória se acelerou na década de 1990: entre 1995 e 2000, a área cultivada com coca na Colômbia aumentou de cerca de 50.900

hectares para 136.200 hectares, representando aproximadamente 0,1% a 0,3% das terras agrícolas do país (UNODC, 2001).⁹

Entre 1994 e 2005, a expansão da produção de coca intensificou os conflitos internos, levou à expansão da fronteira agrícola, alterou os padrões de crescimento populacional e aprofundou a desigualdade. Também impulsionou mudanças culturais ligadas à transformação das relações rurais-urbanas, à migração interna e a alterações no plantio e na produção agrícola. Ao longo desse período, adolescentes foram cada vez mais atraídos para o conflito armado entre grupos insurgentes e os exércitos legais e ilegais do Estado colombiano, por meio de recrutamento e coerção por atores armados, tanto como combatentes quanto em funções de apoio. A expansão da coca também remodelou os padrões de assentamento, atraindo migrantes internos (incluindo famílias deslocadas) para as zonas de fronteira e transformando os centros urbanos existentes em polos de comércio e serviços (Alfonso, 2024).

Durante as décadas de 1980 e 1990, grandes cartéis de drogas emergiram em Medellín e Cali, construindo vastos impérios de riqueza e poder territorial. Embora esses impérios estivessem sediados nessas capitais departamentais, a produção e o processamento do narcotráfico ocorriam em outras partes do país, particularmente no sul, sudoeste, leste e nordeste. Na prática, a perseguição aos cartéis pelos governos colombiano e estadunidense se transformou em uma caça

9 Utilizando a definição de terras agrícolas do WDI (terras aráveis + culturas permanentes + pastagens permanentes) do Banco Mundial, a Colômbia possuía cerca de 448.590 km² de terras agrícolas em 2000 (ou seja, 44.859.000 hectares).

às bruxas para criminalizar pequenos agricultores e organizações políticas armadas presentes nessas regiões do país, criando o cenário ideal para o desenvolvimento do Plano Colômbia. Esse plano levou a uma intensificação da violência política no país, com financiamento direto dos EUA para a Guerra às Drogas, o que acabou resultando em maior militarização e abriu caminho para uma sucessão de presidentes de direita que instrumentalizaram a Guerra às Drogas para consolidar seu controle sobre a sociedade: Álvaro Uribe Vélez (2002-2010), Juan Manuel Santos (2010-2018) e Iván Duque Márquez (2018-2022).

A economia da coca na Colômbia está profundamente enraizada em regiões onde a presença do Estado é militarizada há muito tempo, enquanto as instituições civis e os serviços públicos permanecem frágeis. Nesses territórios, o conflito pela terra é exacerbado pela insegurança fundiária e pelas reivindicações sobrepostas, além da atuação de grupos armados – legais e ilegais – que extraem recursos de famílias camponesas, cuja subsistência depende da coca como principal cultura comercial. Como explicou um líder regional da COCCAM:

Atualmente, não há garantias para aqueles envolvidos no cultivo de folhas de coca. Ao longo dos anos, a concentração [de terras] se tornou mais crítica nas regiões [...]. Além disso, atores armados, legais e ilegais, aproveitam-se da situação dos camponeses: mais de um exigiu recursos, que o camponês concorda em entregar para evitar o arranque da planta [...], seu único meio de subsistência (Alfonso, 2024).



Foto: Um pescador do Atlântico, um dos camponeses denominados anfíbios, que produzem na terra, na água, nos rios. Santa Marta, Colômbia.

Créditos: Fotografia de Pupsoc. Intervenção artística do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

Contudo, essas mesmas condições alimentaram gerações de luta organizada. O campesinato na Colômbia possui uma longa tradição de organização política em torno dos direitos camponeses, da terra, da produção e da defesa do território. Não é coincidência que os camponeses tenham historicamente estado na vanguarda das lutas contra a expansão dos latifúndios e contra as práticas predatórias do capital nacional e estrangeiro, desde a criação de organizações guerrilheiras na década de 1960 até formas mais recentes de organização em torno do trabalho agrícola. Essas lutas têm se deslocado repetidamente do campo para as ruas e estradas, apesar da repressão policial, da criminalização, dos assassinatos e do abandono pelo Estado.

O movimento camponês na Colômbia também desenvolveu ferramentas de organização em territórios produtores de coca. Destacam-se as marchas camponesas de 1994, durante o governo de Ernesto Samper Pizano (1994-1998), lideradas por produtores de coca nos departamentos de Caquetá, Putumayo e Guaviare, contra as políticas governamentais de pulverização de glifosato. Quando o Estado não cumpriu os acordos firmados, camponeses, *raspachines* [trabalhadores sazonais], colhedores, comerciantes, agricultores assentados e trabalhadores por jornada iniciaram uma nova onda de mobilizações em 1996, que se tornou uma característica marcante das lutas sociais da década.

As negociações de paz de San Vicente del Caguán (1998-2002) – entre o governo colombiano e as FARC-EP – colocaram os territórios produtores de coca no centro do debate nacional, não apenas como locais de narcotráfico e conflito armado, mas também como áreas nas quais grandes populações civis dependiam da economia

da coca para sobreviver. Em territórios como Guaviare, Putumayo, Caquetá, Meta, Catatumbo e Cauca, essa economia sustentava uma população de cerca de um milhão de cultivadores, raspachines, coletores, cozinheiros e outros que sobreviviam em meio a constantes disputas entre grupos armados e condições de vida precárias. Essas comunidades não eram novas, mas passaram a ser tratadas cada vez mais como um sujeito político distinto – o campesinato produtor de coca –, moldado em parte pela migração interna para zonas agrícolas de fronteira. Como o cultivo da coca era tratado como uma economia inimiga, essas comunidades enfrentaram repressão crescente à medida que o conflito armado entre as FARC-EP e o governo colombiano se intensificava, acompanhado por disputas territoriais e a tomada do poder político por narcotraficantes. Para piorar a situação, o Estado há muito tempo aborda isso como uma questão de ordem pública – erradicação e militarização – em vez de políticas públicas como a garantia do direito à terra, investimento rural e meios de subsistência dos camponeses.

Com a assinatura do Acordo de Paz Final entre o governo colombiano e as FARC-EP em 2016, o Estado reconheceu formalmente a necessidade de uma solução definitiva e abrangente para o problema das drogas ilícitas – uma solução que trate o campesinato como sujeito de direitos e promova políticas públicas por meio de abordagens diferenciadas. No início de 2017, foi criado o COCCAM, reunindo comunidades camponesas, indígenas e afrodescendentes de toda a Colômbia para discutir a situação dos agricultores e colhedores e reivindicar participação na erradicação e substituição (Instituto Kroc de Estudos Internacionais para a Paz, 2016).

As manifestações em massa de 2019, incluindo a greve nacional de novembro, ajudaram a consolidar um amplo bloco popular que mais tarde se uniu na coligação eleitoral Pacto Histórico, reunindo forças como a Colômbia Humana e a União Patriótica, entre outras. Esse bloco quebrou a espinha dorsal do consenso de direita e levou Gustavo Francisco Petro Urrego à presidência em 2022.

Petro argumentou que a Guerra às Drogas liderada pelos EUA fracassou e defendeu uma mudança de política, deixando de lado a criminalização dos pequenos produtores de coca e passando a abordar toda a estrutura da economia ilícita. Essa mudança marca o início de uma ruptura. Uma ruptura mais profunda exigiria um ataque a todo o sistema bancário, alimentado pela acumulação originária da economia ilícita – um confronto que atingiria o âmago do próprio capitalismo.

Conclusão

Ao longo dos últimos anos, nosso trabalho com organizações camponesas em todo o mundo – particularmente com a COCCAM na Colômbia – nos permitiu examinar a economia das drogas não como uma questão de crime e segurança, mas como uma janela para as estruturas mais profundas do capitalismo contemporâneo. Os camponeses sabem que a economia ilícita da coca não é a causa da crise colombiana, mas um de seus sintomas. Esses agricultores entram na economia ilícita não por escolha, mas porque todas as outras vias de subsistência digna foram bloqueadas pela expropriação de terras, pelo colapso dos preços agrícolas, pelo recuo do Estado e pela expansão do poder paramilitar e corporativo.

Do ponto de vista dessas comunidades, a narrativa dominante da Guerra às Drogas revela-se um profundo diagnóstico equivocado. O problema não é a planta de coca, mas o sistema econômico que criminaliza os pobres do campo enquanto absorve e recicla a enorme liquidez gerada pelos mercados ilícitos. O setor financeiro depende desses fluxos. Os bancos globais os acolhem. E as nações mais ricas que promovem a erradicação dependem, simultaneamente, da estabilidade que esse capital oculto proporciona. Tratar o camponês como inimigo é ocultar a verdadeira arquitetura do narcotráfico, que se estende até os circuitos das finanças legais, das *commodities* globais e do poder estatal.

Se o objetivo é acabar com a violência e a dependência econômica do cultivo de coca, o ponto de partida não deve ser a militarização nem a erradicação, mas sim a reconstrução da vida rural: reforma agrária,

preços garantidos para as culturas lícitas, infraestrutura, serviços públicos e direitos políticos para aqueles que cultivam a terra. Sem transformar as condições sociais e econômicas que levam as famílias à agricultura ilícita, o ciclo simplesmente se reproduzirá. Sem confrontar as instituições financeiras que lavam o dinheiro, a economia global das drogas continuará a funcionar como um pilar não oficial da liquidez capitalista.

Este texto não se propõe a interferir em políticas públicas sob a perspectiva da segurança ou da dependência química. Nosso ponto de partida é o bem-estar dos milhões de trabalhadores que são forçados a cultivar coca, processá-la para produzir cocaína e transportar e vender o produto. Nenhum desses trabalhadores se beneficia dos bilhões de dólares que circulam no narcotráfico e liquefazem o sistema bancário internacional. Tratar o narcotráfico como algo externo à economia lícita é um erro categórico, pois obscurece a função do dinheiro do narcotráfico dentro do próprio sistema capitalista. Erradicação, criminalização e militarização não acabarão com a produção de coca nem com a economia ilícita.

O campesinato conhece essa verdade intimamente. Sua experiência demonstra que a economia das drogas persiste não por causa da folha de coca em si, mas porque o capitalismo exige o reabastecimento constante de novas reservas de riqueza – lícitas ou ilícitas – para se sustentar. Qualquer solução genuína deve, portanto, começar com os camponeses e com o reconhecimento de que a fronteira entre o capitalismo legal e o ilegal é muito mais tênue, e muito mais útil politicamente, do que os arquitetos da Guerra às Drogas admitem.





Foto: Vigília em Monterredondo em apoio ao processo de paz, quando os signatários do Acordo chegaram aos Espaços Territoriais de Formação e Reintegração (ETCR), Miranda, Cauca.

Créditos: Fotografia de Pupsoc. Intervenção artística do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

Referências

ALFONSO, Karen Jessenia Gutiérrez. “La criminalización de los cultivadores como coartada imperialista: economía política de las drogas en Colombia”. *Adictos al imperialismo: Estados Unidos y la política de ‘guerra’ contra las drogas n. 1*. Buenos Aires/Bogotá: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, Centro de Pensamiento y Diálogo Político (Cepdipo), 2024. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2024/10/Adictos-al-Imperialismo_Cuaderno-1_Web-1.pdf.

ARLACCHI, Pino. “The Great Hoax Against Venezuela: Oil Geopolitics Disguised as ‘War on Drugs’”, *Venezuela Analysis*. 2 set. 2025. Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/opinion/the-great-hoax-against-venezuela-oil-geopolitics-disguised-as-war-on-drugs/>

BLACKHURST, Chris. *Too Big to Jail: Inside HSBC, the Mexican Drug Cartels and the Greatest Banking Scandal of the Century*. Londres: MacMillan, 2023.

BOTTE, Roger. *Esclavages et traite des êtres humains au Sahel*. Paris: Karthala, 2000.

CASTIBLANCO, Leandro Ramos. “Formas de violencia urbana populares: monografías barriales Bogotá, Medellín y Cali”. Medellín: Universidad de Antioquia, 2021.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. Office of Inspector General, Report of Investigation: Allegations of Connections Between CIA and the Contras in Cocaine Trafficking to the United States, v. I e II. Washington, DC: Central Intelligence Agency, Office of Inspector General, 1998.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (CNMH), ‘21 años de la masacre de Mapiripán’. Noticias CNMH, 11 July 2018. Disponível em: <https://centrodememoriahistorica.gov.co/21-anos-de-la-masacre-de-mapiripan/>.

COCKBURN, Alexander; st. clair, Jeffrey. *Whiteout: The CIA, Drugs, and the Press*. Londres: Verso, 1999.

COMISIÓN DE LA VERDAD. “La masacre de las bananeras”. *No Matarás*. (s.d.).

DANE — DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. Tercer Censo Nacional Agropecuario 2014: Hay Campo para

Todos: La mayor operación estadística del campo colombiano en los últimos 45 años. Bogotá. 2014. Disponible em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/agropecuario/censo-nacional-agropecuario-2014>.

dea — united states drug enforcement administration. “CY 2024 ANNUAL COCAINE Report”, PRB n. 2025-42, 2025. Disponible em: <https://www.dea.gov/sites/default/files/2025-09/CY2024%20Annual%20Cocaine%20Report%20PRB-2025-42%20Final.pdf>

DEL MERCADO, Guillermo Vázquez; scaturro, Ruggero; goodwin, Alex. “Measuring the Scope and Scale of Illicit Arms Trafficking”. Geneva: Global Initiative Against Transnational Organised Crime. 2025. Disponible em: <https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2024/06/Measuring-the-scope-and-scale-of-illicit-arms-trafficking-GI-TOC-January-2025.v2-.pdf>;

DOWNS, Jacques M. “Fair Game: Exploitative Role-Myths and the American Opium Trade”, *Pacific Historical Review*, v. 41, n. 2, 1972.

ELJURI, Ariadna. “Gustavo Petro en la ONU: “La guerra contra las drogas ha fracasado” [“Gustavo Petro at the UN: “The War on Drugs Has Failed”]”, Últimas Noticias, 20 September 2022. Disponible em: <https://ultimasnoticias.com.ve/general/gustavo-petro-en-la-onu-la-guerra-contra-las-drogas-ha-fracasado/;our-translation>.

FEINSTEIN, Andrew. *The Shadow World: Inside the Global Arms Trade*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011.

FINANCIAL ACTION TASK FORCE. “Money Laundering from Environmental Crimes. Paris: Financial Action Task Force”, n. 10, 2021. Disponible em: <https://www.fatf-gafi.org/publications/methodsandtrends/documents/money-laundering-environmental-crime.html>;

FINANCIAL ACTION TASK FORCE. “International Standards on Combating Money Laundering and the Financing of Terrorism and Proliferation”. Paris: Financial Action Task Force, 2012-2025. (s. d.) Disponible em: <https://www.fatf-gafi.org/en/publications/Fatfrecommendations/Fatf-recommendations.html>.

FRANCESCHINI, Ivan; Ling Li; bo, Mark. *Scam: Inside Southeast Asia’s Cybercrime Compounds*. Londres: Verso, 2025.

GONZÁLEZ, Cecilia. *Narcosur: La sombra del narcotráfico mexicano en la Argentina*. Buenos Aires: Marea Editorial, 2014.

GOOTENBERG, Paul; dávalos, Liliana (orgs.). *Los orígenes de la cocaína: Colonización y desarrollo fallido en los Andes amazónicos*. Bogotá: Universidad de los Andes-Facultad de Economía, Centro de Estudios sobre Seguridad y Drogas (CESED) e Ediciones Uniandes, 2021.

GRILLO, Ioan. *Gangster Warlords: Drug Dollars, Killing Fields, and the New Politics of Latin America*. Londres: Bloomsbury Press, 2016.

HICKEL, Jason *et al.* “Imperialist Appropriation in the World Economy: Drain from the Global South Through Unequal Exchange, 1990-2015”. *Global Environmental Change* 73, n. 113823, 2022. Disponível em: https://eprints.lse.ac.uk/113823/1/1_s2.0_S095937802200005X_main_1_.pdf.

HSBC HOLDINGS PLC. Interim Report 2025. 2025. Disponível em: <https://www.hkexnews.hk/listedco/listconews/sehk/2025/0822/2025082200025.pdf>.

INSTITUTE TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Adictos al Imperialismo, <https://thetricontinental.org/es/argentina/investigaciones/adictos-al-imperialismo/>.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. “Os cães do império latem para a Venezuela”, Alerta Vermelho n. 20, 6 nov. 2025. Disponível em: <https://thetricontinental.org/red-alert-20-venezuela>

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. “Quantas leis internacionais os EUA podem violar contra a Venezuela e ainda sair impunes?”. Carta semanal 2, 8 jan. 2026. Disponível em: <https://thetricontinental.org/newsletterissue/venezuela-us-attack/>.

ISACSON, Adam. “Crisis and Opportunity: Unravelling Colombia’s Collapsing Coca Markets”, Washington Office on Latin America (WOLA), 24 ago. 2023. Disponível em: <https://www.wola.org/analysis/crisis-opportunity-unraveling-colombias-collapsing-coca-markets/>

KORNBLUH, Peter; Byrne, Malcolm (orgs.). *The Iran-Contra Scandal: The Declassified History*. New York: The New Press, 1993.

KROC INSTITUTE FOR INTERNATIONAL PEACE STUDIES.

“Government of Colombia and FARC-EP, Final Agreement to End the Armed Conflict and Build a Stable and Lasting Peace (English translation), Indiana: Universidade de Notre Dame, 24 nov. 2016. Disponível em: <https://peaceaccords.nd.edu/wp-content/uploads/2020/02/Colombian-Peace-Agreement-English-Translation.pdf>.

LABATE, Beatriz; RODRIGUES, Thiago. *Política de Drogas no Brasil: Conflictos e Alternativas*. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras, 2018.

LE GRAND, Catherine. *Colonización y protesta campesina en Colombia (1850-1950)*, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1988.

LOVELL, Julia. *The Opium War. Drugs, Dreams, and the Making of China*, Oxford: Picador, 2011.

MACHADO, Absalón. *El problema de la tierra: conflicto y desarrollo en Colombia*. Bogotá: Debate, Penguin Random House Grupo Editorial, 2017.

MARINI, Ray Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México, D.F.: Ediciones Era, 1973.

MARX, Karl. “Free Trade and Monopoly”, *New York Daily Tribune*, 25 set. 1858.

MAO, Haijian. *Tianchao de Bengkui: Yapien Zhanzheng Zai Yanjiu*, 2005. Pequim: Shenghuo·Dushu·Xinzhi Sanlian Shudian.

MCCOY, Alfred. *The Politics of Heroin in Southeast Asia*. New York: Harper and Row, 1972.

NAÍM, Moisés. *Illicit: How Smugglers, Traffickers, and Copycats Are Hijacking the Global Economy*. New York: Knopf, 2006.

NAZZARI, Mirko; reuter, Peter. “How Well Does the Money Laundering Control System Work?”. In: tonry, Michael. (org.) *Crime and Justice*. Chicago: The University of Chicago Press, 2025.

NIXON, Richard. “President Nixon Declares Drug Abuse ‘Public Enemy Number One’”. [Vídeo]. (1971/2016). YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y8TGLLOjD9M>.

OCDE. “Global Trade in Fake Goods Reached USD 467 Billion, Posing Risks to Consumer Safety and Compromising Intellectual Property”. 7 maio 2025. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2025/05/global-trade-in-fake-goods-reached-USD-467-billion-posing-risks-to-consumer-safety-and-compromising-intellectual-property.html>;

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.
“ILO Says Forced Labour Generates Annual Profits of US\$ 150 Billion”.
20 maio 2014. Disponível em: <https://www.ilo.org/resource/news/ilo-says-forced-labour-generates-annual-profits-us-150-billion>

ONU. Single Convention on Narcotic Drugs, 1961. New York: United Nations, 30 March 1961. Disponível em: https://www.unodc.org/pdf/convention_1961_en.pdf.

OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE.
“What Is the Global Multidimensional Poverty Index (MPI)?” (s.d). Disponível em: <https://ophi.org.uk/what-global-mpi>.

POSADA, Alejandro Reyes. *Guerreros y campesinos: El despojo de la tierra en Colombia*. Bogotá: IES, CINEP, 2010.

PRESIDENCIA DA COLOMBIA. “El 75 por ciento de la inversión extranjera directa que llegó a Colombia en 2024 beneficia a sectores no minero energético”. 27 mar. 2025. Disponível em: <https://www.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/El-75-por-ciento-de-la-inversion-extranjera-directa-que-llego-a-Colombia-250327.aspx>.

RAMOS, María José. *El tráfico ilegal de fauna en América Latina*. Buenos Aires: Mágicas Naranjas, 2018.

REDING, Nick. *Methland: The Death and Life of an American Small Town*. New York: Bloomsbury, 2009.

Relato histórico del conflicto armado interno en Colombia. Disponível em: <https://www.comisiondelaverdad.co/la-masacre-de-las-bananeras>

RIVERA, Diana Marcela Rojas. *El Plan Colombia. La intervención de Estados Unidos en el conflicto armado colombiano (1998-2012)*. Bogotá: IEPRI-Universidad Nacional de Colombia, 2015.

SAVAGE, Charlie. “Justice Dept. Drops Claim That Venezuela’s ‘Cartel de los Soles’ Is an Actual Group”, *The New York Times*. 5 jan. 2026. Disponible em: <https://www.nytimes.com/2026/01/05/us/trump-venezuela-drug-cartel-de-los-soles.html>.

UNODC AND FUNDACIÓN IDEAS PARA LA PAZ. ¿Quiénes Son las Familias que Viven en las Zonas con Cultivos de Coca? Caracterización de las Familias Beneficiarias del Programa Nacional Integral de Sustitución de Cultivos Ilícitos (PNIS), 2018. Bogotá. Disponible em: https://www.unodc.org/documents/colombia/2018/Agosto/Quienes_son_las_familias_que_viven_en_las_zonas_con_cultivos_de_coca_N.1.pdf.

UNODC, ‘Drug Trafficking: a \$32 billion Business Affecting Communities Globally’, UNODC South Asia, 2012. Disponible em: <https://www.unodc.org/southasia/frontpage/2012/August/drug-trafficking-a-business-affecting-communities-globally.html>.

UNODC. “Tendencias Mundiales de las Drogas Ilícitas”. Viena: United Nations Office for Drug Control and Crime Prevention, 2001. Disponible em: https://www.unodc.org/pdf/report_2001-06-26_1_es/report_2001-06-26_1_es.pdf.

UNODC. “World Drug Report 2004, v. 2: Statistics, United Nations”, 2004. Disponible em: https://www.unodc.org/pdf/WDR_2004/Chap5_coca.pdf.

UNODC. Estimating Illicit Financial Flows from Drug Trafficking and Other Transnational Organised Crimes. Viena, 2011. Disponible em: <https://info.publicintelligence.net/UNODC-IllicitFlows.pdf>.

UNODC. “Drug Trafficking: A \$32 Billion Business Affecting Communities Globally”. 2012. Disponible em: <https://www.unodc.org/southasia/frontpage/2012/August/drug-trafficking-a-business-affecting-communities-globally.html>;

UNODC. “Research and Trend Analysis Branch and United Nations Conference on Trade and Development, Development Statistics and Information Branch, Conceptual Framework for the Statistical Measurement of Illicit Financial Flows”. Viena/Geneva, 2020. Disponible em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/IFF/IFF_Conceptual_Framework_for_publication_15Oct.pdf.

UNODC. “Global Report on Cocaine 2023: Local Dynamics, Global Challenges, United Nations. 2023a. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/cocaine/Global_cocaine_report_2023.pdf.

UNODC. Crime-related Illicit Financial Flows: Latest Progress. Viena, 2023b. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/IFF/2023/IFFs_Estimates_Report_2023-final-11dec2023.pdf.

UNODC. “Improving regional investigations on money laundering and asset recovery”, 2024. Disponível em: https://www.unodc.org/roca/en/NEWS/news_2024/november/improving-regional-investigations-on-money-laundering-and-asset-recovery.html.

UNODC. “Colombia: Monitoreo de los territorios afectados por cultivos ilícitos 2017”. Bogotá: UNODC-SIMCI, 2018. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/crop-monitoring/Colombia/Colombia_Monitoreo_territorios_afectados_cultivos_ilicitos_2017_Resumen.pdf.

VALENTINE, Douglas. *The CIA as Organised Crime: How Illegal Operations Corrupt America and the World*. Atlanta: Clarity Press, 2017.

WEBB, Gary. *Dark Alliance: The CIA, the Contras, and the Crack Cocaine Explosion*. New York: Seven Stories Press, 1998.

WONG, John D. *Global Trade in the Nineteenth Century: The House of Houqua and the Canton System*, Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

YANJIU, Zai. *Beijing: Shenghuo·Dushu·Xinzhi Sanlian*. Shudian, 2005.



Atribuição-NãoComercial 4.0
Internacional (CC BY-NC 4.0)

Esta publicação está sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). O resumo legível da licença está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.



Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
*é uma instituição internacional, organizada por
movimentos, com foco em estimular o debate intelectual
para o serviço das aspirações do povo.*

www.otricontinental.org

Instituto Tricontinental de Investigación Social
*es una institución promovida por los movimientos,
dedicada a estimular el debate intelectual al servicio de
las aspiraciones del pueblo.*

www.eltricontinental.org

Tricontinental: Institute for Social Research
*is an international, movement-driven institution
focused on stimulating intellectual debate that serves
people's aspirations.*

www.thetricontinental.org